

DIRETORES

Jaime Câmara Júnior

Fernando Câmara

Wagner Tavares de Goes

EDITOR CHEFE

Francisco Baker

Política

Senado

A obstrução e a reforma eleitoral

A proposta do Senador Marcos Freire, líder do PMDB, de condicionar a suspensão oposicionista em troca do compromisso do governo de apresentar ao Congresso Nacional, até agosto, o projeto de reforma eleitoral foi o tema maior de ontem. A obstrução, na realidade, começa a produzir efeitos contrários àqueles desejados pelos partidos de oposição, uma vez que na pauta não estão projetos importantes para o governo federal. Quem está sendo prejudicado são os municípios e alguns estados necessitados de empréstimos no exterior.

E o caso do sistema de água e esgoto de São Luís do Maranhão que depende de dinheiro vindo do exterior para ser totalmente implantado. Não existem projetos de lei aguardando na pauta que impliquem em profundas modificações político-institucionais. A obstrução, portanto, começa a distribuir efeitos inesperados nos arraiais oposicionistas. Mas a proposta do Senador Marcos Freire demonstra que os partidos de oposição percebem o desgaste a que estão submetidos se persistirem nesta política por tempo muito longo.

O governo, contudo, segundo diversas indicações não dispõe, ainda, de um retrato acabado de suas necessidades de casuísmos eleitorais. O Planalto já definiu que haverá vinculações nas eleições proporcionais, haverá proibição de coligações e o aumento do número de deputados federais. Mas será forçoso percorrer os prazos impostos ao Partido.

Isto significa que no final deste mês, o deputado Prisco Viana, estará entregando ao presidente do PDS, Senador José Sarney, o relatório da comissão da qual é secretário. Em pleno recesso parlamentar, o presidente do PDS levará formalmente o assunto ao Palácio do Planalto que no início do segundo semestre iniciará as sondagens junto aos partidos de oposição. Se for através deste caminho, a proposta de Marcos Freire terá chances de encontrar uma solução que contemple as duas partes.

Mas o projeto de lei dificilmente desembarcará no Congresso Nacional antes de setembro — podendo inclusive ser votado apenas no recesso de final do ano, com a convocação extraordinária de deputados e senadores. Estas previsões de prazo são de pessoas do governo, que a esta altura, estão menos preocupados com as manobras de obstrução. O projeto de reforma eleitoral vai demorar porque é a obra maior deste governo, será ele o instrumento que pretenderá garantir a maioria do PDS no Colégio Eleitoral de 1984.